

Para que ninguém possa alegar desconhecimento das onze reivindicações contidas, queremos transcrever o teor do documento, que estará inscrito nos **Anais da Câmara dos Deputados**.

Documento que a COBAP entregou pessoalmente ao Ministro Marco Aurélio de Mello, no Supremo Tribunal Federal, protocolou no Ministério da Previdência, para o Ministro Waldeck Ornéas, e no Congresso Nacional, para o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Deputado Michel Temer.

Os Aposentados e Pensionistas estão em Brasília atendendo a convocação da COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que representa os 19 milhões de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, e esperam a atenção de V. Exa para sua Pauta de Reivindicações, na qual estão resumindo os problemas mais cruciais deste segmento da sociedade que, por motivos facilmente explicáveis, têm pressa de vê-los solucionados.

– Reajuste para aposentadorias e pensões dos que percebem valor superior ao salário mínimo decretado em 23-3 por medida provisória e referendado pelo Congresso em 10-5, pelo menos em percentual igual -11,03% – a fim de que não se agravem as perdas que vêm ocorrendo nos últimos anos, que exigiriam um reajuste de 33,47% para um início de recuperação.

– Restabelecimento da data-base para todos os benefícios de prestação continuada pagos pelo INSS, no dia 1º de maio de cada ano.

– Pagamento dos valores já transitados em julgado, referente a processos de aposentados e pensionistas contra o INSS, que por tratar-se de verba alimentícia não deveria depender da expedição de precatório até o valor predeterminado.

– Atendimento imediato dos requerimentos de “Revisão de Cálculos”, repesados nos postos de benefícios do INSS desde o ano de 1996.

– Determinação às Procuradorias do INSS para que não recorram contra decisões quando a jurisprudência dominante dos Tribunais reconheceram o direito do segurado.

– Fixação do teto de arrecadação e benefício para o valor equivalente a 10 salá-

rios mínimos, com a intenção de melhorar o caixa do INSS.

– Abertura de concursos públicos para preenchimento de vagas existentes nos postos do INSS, e reformas nas instalações para que tenham condições mínimas, sem submeter pessoas idosas ou doentes ao suplício de um mau atendimento.

– Reativação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Previdência Social, para recuperar o entrosamento entre as federações estaduais e associações de base com os responsáveis pelo atendimento aos aposentados e pensionistas.

– Reativação do Conselho Nacional da Seguridade Social, com a recuperação dos trabalhos de análise e deliberação quanto às perdas dos valores de aposentadorias e pensões, notadamente com relação às suas Resoluções 10/1993 e 60/1996.

– Prioridade às Federações e Associações de aposentados para a aquisição de imóveis pertencentes ao INSS e colocados à venda.

– Correção dos limites aplicados na cobrança do Imposto de Renda dos aposentados e pensionistas, no percentual de 28,4% referente ao aumento do valor unitário da UFIR, conforme liminar concedida à UNAFISCO.

V. Exa. representa um dos Três Poderes, portanto é responsável pela implementação de medidas que possam aliviar o sofrimento dos aposentados, pensionistas e idosos deste País. Temos certeza de que mereceremos sua atenção. Respeitosamente, João Resende Lima – Presidente.

Temos certeza de que os nobres colegas darão toda sua atenção aos 19 milhões de aposentados e pensionistas que a COBAP representa, e tentarão encontrar a melhor maneira de buscar solução para as reais necessidades desse segmento da nossa sociedade que já deu sua contribuição para este País, que hoje é grande porque foi construído com sangue suor e lágrimas de uma geração valente e cheia de amor pela sua pátria.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dados estatísticos recentemente liberados pelo Departamento de Trânsito de Pernambuco e publicados na **Folha de Pernambuco**, em sua edição de 26 de setembro, ilustram com nitidez a pro-

blemática da circulação de veículos no Estado e particularmente na região Metropolitana do Recife.

A rigor, nada existe de surpreendente neles, no sentido de que vêm apenas confirmar a situação precária e preocupante do setor de transportes, o que ocorre em praticamente todas as grandes cidades brasileiras; situação esta que não pode ser visualizada isoladamente, componente que é de todo um complexo de deficiências e dificuldades que asfixiam os nossos centros urbanos. Tal constatação, entretanto, não nos exime da responsabilidade de, mais uma vez, alertarmos para os efeitos extremamente nocivos advindos desse quadro por vezes caótico, que afeta sobremaneira o cotidiano de milhões de pessoas.

Tomem-se estes números, Sr. Presidente: nada menos de 315 mil veículos, em termos aproximados, compõem a frota automotiva da Capital pernambucana. Não exige qualquer esforço de imaginação projetar a deficiência de fluxo dessas máquinas, considerando-se que a área total do Recife mal supera os 200 quilômetros quadrados, onde residem quase 1 milhão e 400 mil habitantes. A situação se torna ainda mais dramática se atentamos para a geografia física da cidade, toda ela cortada por rios e canais que requerem especial tratamento de engenharia. Se a essas cifras adicionarmos a exigüidade de espaços para circulação, pela estreiteza de artérias própria de uma urbe antiga e, portanto, com muitos sítios preservados pelas imposições da sua própria formação histórica e cultural, teremos o cenário propício às retenções constantes e, em determinadas ocasiões e circunstâncias, quilométricas.

Este, o quadro recifense. Mas o Recife é tão-somente o núcleo, o coração de uma vasta Região Metropolitana que se agita em seu entorno. Ele é, ao mesmo tempo, beneficiário e vítima dessa irradiação, por conta do sistema de vasos comunicantes que aí se estabelece. Tanto assim que, se ampliarmos o leque do nosso enfoque para o chamado Grande Recife, a situação não apenas apresentará os mesmos entraves e percalços, como até mesmo se agravará em alguns dos seus aspectos.

É que a Região Metropolitana, composta de mais de uma dúzia de espaços municipais, abriga população superior aos 3 milhões de habitantes, em território que não atinge os 2 mil quilômetros quadrados. Trata-se de área de alta densidade de ocupação, a exemplo das fronteiras à Capital – Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Camaragibe.

E aí salta para mais de 483 mil o total de veículos em circulação, o que equivale a mais de 60% de toda a frota estadual, a qual se situa nas cercanias

das 800 mil viaturas, para uma extensão territorial de quase 100 mil quilômetros quadrados.

Diante de tais indicadores, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fácil é inferir a iminência de risco de colapso no setor, em futuro não muito distante, se medidas de fundo, que transcendem a órbita das obras de infra-estrutura física, não forem adotadas em caráter sistemático e imediato; medidas estas, aliás, não restritas à alçada do governo municipal, metropolitano e mesmo estadual, mas em âmbito nacional, tendo em vista o enlace desses elementos conjunturais em todo o território brasileiro.

A propósito, o próprio Detran pernambucano destaca o fato de que, somente no ano passado, mais de 25 mil pessoas morreram no Brasil em acidentes de trânsito. No Recife, foram 186, sendo que dois terços delas atropeladas. Ainda no Recife, acontecem, em média, 45 acidentes de trânsito diariamente.

Outra informação, de cunho mais técnico, liberada pelo Detran, tem a ver com o problema do estresse gerado pelo dia-a-dia do trânsito. Segundo o Departamento de Psicologia do Órgão, o estresse pode provocar perda das capacidades adaptativas, diminuindo inclusive os reflexos do motorista. E assinala que 86% das doenças modernas, como a síndrome do pânico, a insônia e as disfunções cardíacas, são decorrentes do estresse.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao trazerem essas informações e considerações, de resto fartamente conhecidas, à atenção deste ilustre Plenário, move-nos o intuito de alertar para a gravidade da problemática do trânsito no Brasil. Embora tenhamos partido de índices referentes à situação em Pernambuco e, mais especificamente, no Recife, sabemos que a situação é idêntica, ou pelo menos análoga, em todas as cidades brasileiras, desde as de médio porte até as metrópoles.

Daí a imperiosa urgência de se retomar o tratamento da questão, em toda a sua dimensão de complexidade e profundidade, à luz do Código de Trânsito Brasileiro. A implementação deste diploma legal vem apresentando senões e obstáculos que, nem por isso, devem ser capazes de invalidar uma iniciativa que acendeu tantas expectativas otimistas em setor de tamanha relevância para a própria inserção do Brasil na civilização contemporânea.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio)

– Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Marchezan.